

Bloqueio na ponte prejudica tráfego e ameaça comércio, diz Prefeitura

« **INTERRUPÇÃO** » Prefeitura apresentou, como argumentos técnicos para fim do bloqueio na Ponte de Igapó, o aumento dos engarrafamentos e a ameaça ao comércio. Município pede mudança de canteiro de obras

Quase três meses após o fechamento das faixas de travessia sentido zona Norte/Centro para restauração da Ponte de Igapó, o bloqueio segue causando muitas dores de cabeça para quem trafega pela região ou trabalha no entorno. Os prejuízos vão desde uma maior lentidão no tempo de viagens de linhas de ônibus à queda na movimentação do comércio que fica próximo às vias de acesso ao equipamento. As questões levaram o Município a pedir na Justiça uma perícia para avaliar se é possível a retirada do canteiro de obras de cima da ponte e a liberação do tráfego na área bloqueada.

De acordo com uma Ação Civil Pública (ACP) que solicitou à Justiça federal a perícia, com decisão favorável ao pedido, “a interdição da Ponte de Igapó afeta diretamente a rotina dos 350 mil habitantes da zona Norte, assim como de todo o comércio da capital”. O documento cita que, além dos estabelecimentos localizados próximos à Ponte, o comércio de outras áreas da cidade também tem sido impactado, como é o caso do Alecrim, onde houve, inclusive, “o fechamento de quatro empreendimentos”.

Para quem tem comércio perto da obra os transtornos são ainda mais sentidos. A queda na mo-



Prefeitura de Natal argumenta que é possível instalar canteiro de obras em outro local e liberar tráfego na ponte

vimentação de clientes nos estabelecimentos é a principal reclamação. “Reduziu mais de 50%. Hoje, o cliente aqui só faz ‘pingar’. Tem três lojas nas redondezas que fecharam depois do começo da obra e agora os imóveis foram colocados para alugar”, afirma Wilame Tavares, que tem uma oficina de conserto de motos em Igapó. Na loja em que a vendedora Débora Cristiane trabalha, o mo-

vimento caiu em torno de 40%. “Os clientes evitam vir aqui por causa do grande congestionamento que se forma. Espero que essa obra termine o quanto antes”, afirma ela, que trabalha em uma loja de ferragens e acessórios para móveis nas proximidades da Ponte. Na madeira que fica ao lado, mais relatos de baixa no fluxo de clientes. “Chegar à loja hoje é motivo de muita dificuldade por causa do tráfego,

então, os clientes que deveriam vir do outrolado da ponte, de regiões como a zona Leste e do Centro, não vêm mais. Com isso, a gente tem uma queda de cerca de 15% no fluxo de pessoas aqui. Felizmente, a maioria dos nossos clientes mora nas imediações e agente teve um impacto menor em relação a outros comércios aqui da região”, relata Cleilson Dias, gerente da madeiraira. A ACP onde o Município trata

do entendimento de que o canteiro de obras não deveria estar instalado em cima da ponte destaca que o impacto da interdição “atinge desde os trabalhadores que precisam se deslocar para trabalhar na zona Sul da capital, até os consumidores que tendem a evitar cruzar a ponte”. Além disso, diz o documento, a equipe técnica da Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana de Natal (STTU) também observou um impacto ex-

ponencial no transporte público”.

A Ação aponta que a STTU identificou “um aumento significativo no tempo de viagem das linhas que circulam na Ponte de Igapó, principalmente nos horários de pico”. O documento não deixa claro, no entanto, de quanto foi esse aumento. Procurada, a STTU não respondeu sobre a questão. A reportagem tentou contato com o procurador-geral do Município, Thiago Tavares, para que ele detalhasse o impacto no trânsito, já que o caso está na esfera judicial, mas ele não atendeu aos contatos feitos.

Outro ponto justificado na ACP para a retirada do canteiro é que existem outros locais onde ele poderia ser instalado: um deles fica a alguns metros da cabeceira da Ponte, um terreno de 1.500,00 m². “Outrossim, ainda foi identificado um trecho alternativo, localizado em área lindeira à via, que também poderá comportar o canteiro de obras atualmente localizado na Ponte de Igapó”, detalha a ACP.

Na manhã desta quarta-feira (27), a reportagem foi ao local da obra para saber como está o andamento dos serviços, mas um funcionário, que se identificou como técnico em segurança do trabalho, disse que qualquer informação só seria divulgada pelo Dnit. O Dnit disse que a obra está dentro do cronograma, com 61

Comissão de deputados identifica falta de medicamentos na Unicat

« **SAÚDE** » Comitativa formada por deputados visitou a Unicat e constatou que 39,3% dos medicamentos estão em falta atualmente

Uma comitativa formada por integrantes da Assembleia Legislativa (ALRN) e Ministério Público (MPRN) visitou a Unidade Central de Agentes Terapêuticos (Unicat) para checar a situação do centro, que convive frequentemente com a falta de medicamentos para distribuir à população. Um levantamento da própria unidade mostra que dos 211 medicamentos ofertados, 83 estão indisponíveis, o que representa um desabastecimento de 39,3%. Ficou acordado entre os membros da comitativa e representantes da Secretaria de Estado da Saúde Pública (Sesap), que o problema deverá ser resolvido em até 60 dias.

De acordo com os deputados, que compõem a Comissão de Saúde, que visitaram a Unicat, o objetivo foi diagnosticar o problema e cobrar soluções ao Executivo, argumenta a parlamentar Cristiane Dantas (SDD). “Viemos para fiscalizar a questão de tan-

ta falta de medicamentos há tanto tempo. Constatamos que é um problema também que vem do orçamento da Sesap. Tem medicamentos que estão faltando recorrentemente desde outubro”, disse Dantas, que esteve acompanhada dos deputados Galeno Torquato (PSDB) e Terezinha Maia (PL), que também integram a Comissão.

Torquato ressaltou que a unidade enfrenta problemas financeiros e estruturais. “Falta estrutura financeira e falta estrutura administrativa porque essa falta de medicamentos é por atraso de fornecedor, falta de pessoal para dar agilidade nas licitações. Fizemos esse diagnóstico e hoje nós temos essa situação de falta de quase 40% dos medicamentos”, aponta.

Ao todo, cerca de 70 mil potiguares possuem cadastro ativo na Unicat para recebimentos dos remédios. Segundo a lista da Unicat, dos 83 medicamentos em falta, 67 aguardam processo

de licitação, enquanto outros 16 esperam liberação do Ministério da Saúde. Além disso, há ainda 12 fármacos que constam como “indisponíveis” no sistema, mas nenhum paciente está cadastrado para retirá-los. Enquanto a situação não se resolve, a população vem sofrendo com o desabastecimento.

A aposentada Edineide do Nascimento, de 57 anos, mora em Parnamirim, e está aguardando um medicamento para anemia há, pelo menos, quatro meses. “Eu tenho até recebido outros medicamentos, mas o que eu mais preciso é o Noripurum, que é para o controle da anemia. Nesse período eu estou sem tomar, então tem atrapalhado meu tratamento”, afirma.

A situação crítica vem preocupando o Ministério Público do RN, diz a promotora de Justiça Rosane Moreno, que é coordenadora do Centro de Apoio às Promotorias de Defesa da Saúde. “Não é de hoje que a gente acom-



Comitativa acordou com a Sesap que o problema será resolvido em até 60 dias

panha esse problema, no ano passado, a gente conseguiu uns bloqueios judiciais e em seguida um acordo com a Sesap para melhorar tanto as questões de logística quanto a questão financeira, para obtenção de recursos para adquirir esses medicamentos. Agora nós estamos com esse prazo tramitando para que a Sesap nos responda”, conta.

A promotora acrescenta ain-

da que caso a situação não seja resolvida no prazo de até 60 dias, o Estado pode sofrer novos bloqueios judiciais ou ser obrigado a pagar multas. “Exista uma ação aberta com o acordo que foi firmado no ano passado. A gente inquiriu que esses prazos tinham sido descumpridos, o juiz abriu um prazo sobre isso e algumas coisas poderão ser feitas em caso de novos descumprimentos”, explica.

A assessora-adjunta de Saúde do RN, Leidiane Queiroz, diz que a visita foi oportuna para que os órgãos possam entender as dificuldades do centro. “O Estado tem adotado a compra direta que é a forma mais rápida que a gente tem de fazer a aquisição. A gente espera uma regularidade de 30 a 60 dias de boa parte dos insumos”, diz.

TECBLU - TECELAGEM BLUMENAU S/A
COMPANHIA ABERTA - CNPJ/MF Nº 08.424.178/0001-71 - NIRE 2.430.000.119.3 **AVISO AOS ACIONISTAS:** Encontram-se à disposição, na sede social os documentos a que se refere o Artigo nº 133 da Lei nº 6.404/76, do exercício social encerrado em 31/12/2023. Parnamirim - RN, 26/03/2024. **LÚCIA MARIA BARBOSA GUIMARÃES** - Presidente do Conselho de Administração.

AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO – CONCORRÊNCIA Nº 005/2023/SEPLAF

O Município de Parnamirim-RN, através da Comissão Permanente de Licitação-SEPLAF, torna público que diante do pedido de impugnação apresentado pela empresa RHEMA CONSTRUÇÕES E SERVIÇOS LTDA em face do edital da Concorrência nº 005/2023-SEPLAF, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA EXECUÇÃO DA OBRA PARA CONSTRUÇÃO DA PRAÇA DA FEIRINHA DE PIUM, NA AVENIDA JOAQUIM PATRÍCIO, DISTRITO LITORAL DE PIUM, MUNICÍPIO DE PARNAMIRIM/RN, fica suspensa a sessão de recebimento dos envelopes anteriormente aprazada para os 09h00min do dia 01 de abril de 2024. A impugnação e os autos estão com vista franqueada na sala da CPL/SEPLAF situada na Rua Castor Vieira Régis, nº 50, Cohabinal, Parnamirim/RN e no Portal da Transparência através do endereço: <https://www.parnamirim.rn.gov.br/#/transparencia> ou ainda através de pedido encaminhado para o e-mail cpl.seplaf.pmp@gmail.com.

Parnamirim/RN, 27 de março de 2024.
CPL/SEPLAF

SETCERN
Sindicato das Empresas de Transportes de Cargas do Estado do Rio Grande do Norte – SETCERN.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO

Nos termos do Anexo I, item 6º do Estatuto Social e considerando a vacância nos cargos de: **1º Conselheiro Fiscal Titular; 2º Conselheiro Fiscal Titular; 3º Conselheiro Fiscal Titular; 2º Conselheiro Fiscal Suplente e 3º Conselheiro Fiscal Suplente**, faço saber que a eleição do **CONSELHO FISCAL (cargos vagos)**, será realizada no dia **30 de Abril de 2024 (terça-feira), das 10h00 às 16h00** na sede do sindicato, situado à Rua Presidente José Bento, 970 – Alecrim – nesta capital, podendo ser encerrada antes do horário previsto se tiverem votado todos os eleitores. Somente poderão participar do processo eleitoral, como candidato ou eleitor, os associados em dia com a tesouraria da entidade. Os **registros dos candidatos às vagas supracitadas**, conforme Item 7 do Anexo I do Estatuto Social, **poderão ser realizadas até as 18h00 do dia 15 de Abril de 2024 (segunda-feira)**, na sede do sindicato, através de solicitação por escrito, endereçada ao Presidente do Sindicato, assinada pelo candidato, indicando a vaga pleiteada (Conselheiro Fiscal Titular ou Conselheiro Fiscal Suplente), acompanhada dos seguintes documentos: Declaração em papel timbrado da empresa, assinado por um de seus diretores, indicando que o candidato é titular, sócio, diretor ou representante legal e que está na atividade por mais de dois (02) anos e a ficha de qualificação do candidato.

Natal/RN, 28 de março de 2024.

SEBASTIÃO SEGUNDO DANTAS
Presidente

Rua Presidente José Bento – 970 – Alecrim – Natal/RN CEP: 59032-060
Fone/ Fax: (84) 3213-5936 – e-mail: setcern@veloxmail.com.br

« **INFANTIL** »
PF faz operação contra abuso sexual

A Polícia Federal realiza nesta quarta-feira (27) uma operação contra o abuso sexual infantil, tendo como foco a prisão de abusadores e o resgate de vítimas. Ao todo, estão sendo cumpridos 59 mandados de busca e apreensão em 20 estados, incluindo o Rio Grande do Norte, além do Distrito Federal (DF).

De acordo com a PF, a operação é fruto de informações repassadas pelas polícias da Itália e da Espanha, que detectaram a ocorrência das práticas criminosas.